

ATA NÚMERO 213/XII (4.ª)

Aos onze dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 10 horas e 50 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1 — Audição do Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Dr. Miguel Poiares Maduro, ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República.

2 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:

Nomeação de relator para elaboração do parecer sobre o regime de incompatibilidades ou impedimentos solicitado pelo Deputado Jorge Rodrigues Pereira (PS):

Relator(a): Deputado(a) (PS);

3 — Distribuição do projeto de lei n.º 768/XII (4.ª) - Altera o Estatuto dos Deputados, tornando obrigatório o regime de exclusividade dos Deputados à Assembleia da República:

Relator(a): Deputado(a) (PSD);

4 — Apreciação e votação das Atas n.ºs 205 e 211.

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Pedro Lynce, agradeceu a presença do Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, e do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba, e explicou a metodologia dos trabalhos.

Informou igualmente que a audição se iniciaria com uma exposição do Senhor Ministro, com a duração de 10 minutos, a quem, de seguida, deu a palavra.

O Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional fez uma intervenção inicial que pode ser consultada [aqui](#), após o que o Senhor Presidente deu início à primeira ronda de perguntas.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves (PS), João Ramos (PCP), Cecília Honório (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Joana Barata Lopes (PSD).

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) saudou a total inversão da posição do Governo e da maioria em relação à questão da transparência da propriedade dos meios de comunicação social, recordando, inclusive, que na atual Legislatura o PS já tinha apresentado uma iniciativa que foi por duas vezes rejeitada; referiu também a necessidade de definir mecanismos de prevenção da dependência dos meios de comunicação social face aos poderes político e económico e os fluxos de financiamento, matéria em relação à qual o Governo podia encontrar da parte do Grupo Parlamentar do PS total disponibilidade para alargar o regime proposto; a necessidade de clarificar alguns aspetos da nova Lei da Televisão e a assinatura do contrato de concessão; os serviços regionais dos Açores e Madeira; a decisão do Conselho de Administração cessante em apresentar a demissão, o que acelerou um processo que estava relativamente parado; a indefinição de funções do CGI quanto à gestão estratégica da empresa e à titularidade dos órgãos de administração; a evolução da situação financeira da empresa e a possibilidade de implementação de novas conceções estratégicas, valorizando o serviço público e a qualidade.

O Senhor Deputado João Ramos (PCP) debruçou-se sobre o novo modelo de gestão e a independência da RTP; a escolha do novo conselho de administração e a nomeação para este órgão de uma pessoa com profundas ligações ao PSD e de outras duas ao PS; o futuro dos trabalhadores da RTP e o possível despedimento coletivo na empresa; o financiamento da RTP e o projeto do novo Conselho de Administração de reforçar a capacidade de produção de conteúdos, destruída com a saída de pessoal qualificado e com a falta de investimento técnico; o novo Conselho de Administração da LUSA, a desatualização do site da empresa, o subfinanciamento, a redução de pessoal e os pressupostos do novo contrato de serviço público a celebrar para o triénio de 2016-2018; a possibilidade de repensar a suspensão das emissões em onda curta, na medida em que o Presidente do CGI e o novo Conselho de Administração já disseram estar disponíveis para o fazer; a ausência de direção na RTP Internacional e a intenção do Governo em apostar nesta área.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) solicitou esclarecimentos sobre a versão que o Governo vai apresentar no domínio da transparência nos órgãos de comunicação social; o futuro da TDT, o aumento de oferta e a sua diversificação; os grandes princípios e orientações subjacentes à revisão do contrato com a LUSA; a contração financeira da empresa e a aposta do Governo de fazer da LUSA uma «escola de jornalismo»; a escolha dos novos membros para o Conselho de Administração da RTP e a independência da empresa; a renúncia do anterior Conselho de Administração, que trocou uma choruda indemnização por uma estratégia de elogios; a assinatura do contrato de concessão e a pronúncia do CGI; o projeto estratégico da nova equipa, que assume que os recursos financeiros são suficientes mas que, simultaneamente, é necessário uma programação alternativa diversificada, assente na qualidade mas em que a própria produção interna vai-se reduzir essencialmente à informação, havendo aqui uma profunda coincidência entre os pontos expressos no projeto estratégico e a posição sempre defendida pelo Senhor Ministro.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) debruçou-se sobre o pacote legislativo da transparência da propriedade dos órgãos de comunicação social; a saída do anterior Conselho de Administração e a nomeação dos novos membros deste órgão pelo CGI; a não interferência do Governo na escolha do novo Conselho de Administração; o futuro regime de incentivos do Estado à comunicação social local e o relativo à publicidade institucional do Estado; a preocupação demonstrada pelo Governo no que concerne às políticas de migração e integração, aposta que, em termos futuros, deve merecer o consenso de todos os grupos parlamentares na medida em que é um dos maiores investimentos que Portugal, enquanto Nação e enquanto país que quer afirmar os seus valores no mundo ocidental e numa Europa cada vez mais justa e equilibrada, deve fazer; e, por fim, a política de integração, de acolhimento e de investimento das comunidades migrantes.

A Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) referiu-se ao plano estratégico para as migrações e à visão estrutural que o Governo tem acerca desta matéria; à criação do Alto Comissariado para as Migrações e suas competências; à política migratória como instrumento de competitividade e elemento diferenciador dos países; aos resultados que se pretendem alcançar com os «vistos talento» e com o *simplex* migrante, defendendo que estes conceitos mereciam ser desconstruídos para que as pessoas pudessem compreender o seu alcance; à criação e implementação do Projeto Mentores para imigrantes e do Programa Empreendedorismo para Imigrantes; à valorização de Portugal no exterior; ao significado do Selo Diversidade Cultural nas empresas, com o envolvimento dos gabinetes municipais; à promoção do ensino superior português e à integração dos estudantes internacionais, dando-lhes a conhecer o que de bom o

País tem para oferecer; e, por último, à consulta pública sobre o plano estratégico para as migrações e aos contributos recebidos.

O Senhor Ministro respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo referido que o Governo vai legislar no sentido de obrigar os órgãos de comunicação social a revelarem anualmente à ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) quem são os seus financiadores, indo, de resto, ao encontro de um projeto de lei apresentado pelo PS no início da Legislatura; que a ideia é a de incluir a titularidade e os meios financeiros entre as informações que os órgãos de comunicação social terão de prestar à ERC todos os anos, por forma a salvaguardar o princípio da transparência; que, nesse sentido, na informação a prestar à ERC vai constar a relação das pessoas, singulares ou coletivas, que, direta ou indiretamente, tenham contribuído com pelo menos 10% dos lucros dessas entidades, assim como vai ser dado a conhecer aqueles que tenham, em nome próprio ou da empresa, contribuído com doações ou qualquer tipo de apoio financeiro a determinado órgão de comunicação social numa parcela de, por exemplo 20% ou mais, do total dos rendimentos da empresa.

Disse também que o novo regime da publicidade institucional vai passar a incluir empresas públicas, havendo, portanto, um alargamento das entidades públicas que passam a estar sujeitas a essa obrigação, e um mecanismo mais eficaz de fiscalização *ex-ante* por parte da ERC do cumprimento por parte das entidades públicas das obrigações de não discriminação e de atribuição de uma certa percentagem de publicidade institucional à comunicação social local e regional.

Sublinhou que o contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão não foi assinado anteriormente porque o Conselho Geral Independente (CGI) decidiu substituir anterior a administração, tendo o Governo disponibilidade para o fazer agora com o novo Conselho de Administração da RTP; que com o novo modelo de governo a questão dos centros regionais dos Açores e da Madeira tem de ser analisada pelo CGI, na medida em que tem a ver com as orientações definidas por este órgão e com o próprio projeto estratégico que o Conselho de Administração viu aprovado pelo CGI; que o CGI não aprovou o projeto estratégico apresentado pelo anterior Conselho de Administração e, nesse sentido, decidiu substituí-lo, não tendo havido lugar a uma dissolução mas, antes, a uma renúncia voluntária, o que permitiu que não tivesse havido um hiato que poderia prejudicar a empresa e criar alguma instabilidade; que não teve dúvidas de que a transição de uma administração para a outra estava em conformidade com os estatutos da RTP; que nunca falou, nunca sugeriu, nunca discutiu qualquer nome para o futuro

Conselho de Administração da RTP, tendo sido uma decisão inteiramente tomada pelo CGI; que com o atual modelo de gestão da RTP a empresa está sob a supervisão de um órgão independente (o CGI) e que a única entidade perante quem responde é a própria Assembleia da República.

Disse que a nomeação do novo Conselho de Administração da LUSA teve lugar no dia 19 de janeiro, estando já em funções os três membros indigitados, a Dr.^a Teresa Marques, o Dr. João Silveira Lobo e o Professor Luís Mah, pessoas com toda a credibilidade e competência, que nestas primeiras semanas vão estar essencialmente centrados na avaliação da situação financeira da empresa, iniciando-se depois desse período a discussão da revisão do contrato de prestação de serviço público.

Por outro lado, adiantou que espera encontrar uma solução ambiciosa antes do fim da Legislatura para a televisão digital terrestre (TDT), embora esta não possa ser implementada antes da alteração tecnológica que a ANACOM vai fazer até 2016 para garantir uma melhor cobertura e uma melhor oferta, mudança essa que vai ter implicações a nível tecnológico da receção; que o Governo tem três grandes orientações estratégicas para a LUSA, a transição para o digital, o reforço da internacionalização e fazer da empresa uma verdadeira «escola de jornalismo».

Referiu-se igualmente ao sucesso da política de integração dos imigrantes, fruto da continuidade de políticas públicas seguidas por sucessivos governos, que agora precisam de ser melhoradas e alargadas; que a visão do Governo para a política das migrações é mais ampla do que a integração e atende também à necessidade de os Estados terem hoje uma política estratégica no âmbito dos fluxos migratórios internacionais, que implicam a saída mas também a entrada de população, e também um posicionamento estratégico em termos de competitividade, incluindo competitividade económica, na atração de talento, de investimento e de combate ao défice demográfico; que uma outra aposta muito importante que consta do plano tem a ver com os cidadãos portugueses de origem estrangeira ou de segunda geração para que estes possam ter uma participação cada vez ativa na sociedade portuguesa, sendo cidadãos de corpo inteiro, economicamente mais ativos, com uma maior mobilidade social e com uma maior participação a nível político; que, no âmbito desta conceção global das políticas migratórias, há que captar estrangeiros qualificados — investidores, altos-quadros, académicos, por exemplo —, num mundo em que a mobilidade é cada vez maior, e apoiar o regresso de portugueses emigrados no estrangeiro, especialmente os empreendedores; que também é preocupação do Governo tornar o país de novo atrativo e atrair empreendedores que residam no estrangeiro, estudantes

internacionais e talentos; que esses são os dois grandes objetivos do Plano Estratégico para as Migrações, cuja consulta pública já terminou e que obteve cerca de 44 contribuições, nomeadamente de universidades e de portugueses a residir no estrangeiro.

O Senhor Secretário de Estado completou a resposta do Senhor Ministro, adiantando que com o Simplex Migrante, prestação de serviços migratórios *on-line*, o Governo quer acelerar e agilizar um conjunto de procedimentos administrativos, tais como os relativos à obtenção de vistos e à regularização em território nacional, bem como outros ainda mais complicados do que deviam ser. Disse também que tem havido um trabalho de simplificação, pelo que a ideia é a de acelerar e agilizar um conjunto de procedimentos, a começar pelos vistos de entrada, e desmaterializar uma série de processos para que muitas das ações que os imigrantes fazem presencialmente junto dos serviços públicos passem a ser feitas através de ferramentas eletrónicas; e a criação de uma estratégia para o retorno dos cidadãos nacionais que emigraram.

Na segunda ronda de intervenções usaram a palavra os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), João Ramos (PCP), Cecília Honório (BE), Paulo Almeida (CDS-PP) e Conceição Caldeira (PSD).

Foram reiteradas muitas das questões anteriormente colocadas, além de terem sido solicitados esclarecimentos sobre a propriedade do arquivo da RTP, o seu acesso, rentabilização, preservação e inventariação; o espólio e arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social e o processo de transferência das suas competências para a PCM e para as CCDR; o fator de correção da LUSA; a posição do CRESAP quanto aos três novos membros indigitados para o Conselho de Administração da RTP; o processo de migração para a TDT e os encargos decorrentes da alteração dos sistemas de receção prevista para 2016; o alargamento e aprofundamento do Estatuto do Mediador; a transparência sobre a titularidade das entidades que prosseguem atividades de comunicação social e, também, acerca dos meios de financiamento dos órgãos de comunicação social.

O Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e o Senhor Secretário de Estado Adjunto responderam, no final e em bloco, às questões colocadas, tendo dito, designadamente, que o pacote de medidas da estratégia do país em matéria de migrações até 2020 inclui um plano de comunicação para promover Portugal como destino apetecível; que a ideia é a de valorizar Portugal no exterior e prestar informação a potenciais imigrantes sobre direitos e deveres,

procedimentos de obtenção de autorização de residência/reagrupamento familiar, condições de vida, emprego, investimento, acesso a cuidados de saúde, regimes de segurança social, entre outros aspetos, no sentido de facilitar a sua futura integração na sociedade portuguesa; que os fundos europeus vão apoiar ações de qualificação e de internacionalização das universidades portuguesas no sentido de captarem alunos estrangeiros e investigadores internacionais; e que o Governo está a estudar a possibilidade de um pacote de fundos comunitários desenhado especificamente para apoiar a adaptação das empresas de *media* à área digital e que quer que os gabinetes de apoio aos emigrantes, que já existem nas câmaras municipais essencialmente para apoiar quem sai do país, passem também a ter o papel de ajudar quem quer voltar.

Na terceira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Agostinho Santa e Inês de Medeiros (PS), João Ramos (PCP), Cecília Honório (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP), Rosa Arezes, Paula Gonçalves e André Pardal (PSD).

O Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e o Senhor Secretário de Estado responderam, no final e em bloco, às questões colocadas.

A reunião foi integralmente gravada em suporte de vídeo e encontra-se disponível em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a audição terminou às 14 horas e 05 minutos, após o que se deu início à reunião ordinária da Comissão.

Relativamente ao segundo ponto da Ordem do Dia, o Grupo Parlamentar do PS indicou o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) como relator do parecer sobre o regime de incompatibilidades ou impedimentos solicitado pelo Deputado Jorge Rodrigues Pereira (PS).

Em relação ao terceiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Mónica Ferro (PSD) transmitiu ao Senhor Presidente da Comissão que oportunamente o Grupo Parlamentar do PSD indicaria o relator da iniciativa em causa.

No âmbito do quarto ponto da Ordem do Dia, foram aprovadas por unanimidade as Atas n.^{os} 205 e 211, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do BE.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CpECC/CpECC_20150211_2.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião terminou eram 14 horas e 15 minutos.

Palácio de São Bento, 11 de fevereiro de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(PEDRO LYNCE)

—
Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
André Pardal
Cecília Honório
Clara Marques Mendes
Inês de Medeiros
Joana Barata Lopes
João Portugal
João Ramos
Maria da Conceição Caldeira
Mónica Ferro
Paula Gonçalves
Paulo Almeida
Pedro Delgado Alves



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Pedro Lynce
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira
João Lobo
Miguel Laranjeiro
Nuno Encarnação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
Lídia Bulcão
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Jacinto Serrão

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 25/02/2015.